

[illegible]

reza trabalhista e previdenciária, civil e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável”, sendo que “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado. Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo. Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente ao valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda “possível”, para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias. Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Provisões previdenciárias e trabalhistas	24.366	18.074
	<u>24.366</u>	<u>18.074</u>

A movimentação da provisão para contingências em 31 dezembro de 2025 e 2024, está assim representada:

	2025	2024
Previdenciárias e trabalhistas	18.074	9.343
	17.547	15.933
	<u>(11.255)</u>	<u>(7.202)</u>
	<u>24.366</u>	<u>18.074</u>

b) **Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço:** Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda. Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	Consolidado	
	2025	2024
Tributárias	15.425	12.350
Trabalhistas	34.069	33.383
Cível	1.391	2.059
	<u>50.885</u>	<u>47.792</u>

c) **Ativos contingentes relevantes:** Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em um processo considerado relevante contra ELETROBRAS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo.

	Consolidado	
	2025	2024
Aluguéis a pagar	184.372	181.846
Credores diversos - acordos firmados ⁽¹⁾	23.187	24.827
Outros passivos	6.145	9.241
	<u>213.704</u>	<u>215.914</u>
Circulante	39.412	33.413
Não circulante	174.292	182.501
	<u>213.704</u>	<u>215.914</u>

(1) Refere-se substancialmente a contrato de confissão de dívida referente operação comercial e reestruturação da dívida com cliente.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) **Capital:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2025 e 2024	
Quantidade de ações	Participação	
Pádua IV Participações	7.454.491	60,00%
Deise Duprat	2.689.646	21,64%
Outros acionistas	2.281.281	18,36%
	<u>12.425.418</u>	<u>100%</u>

O preço de emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo. b) **Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos:** De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Consolidado	
	2025	2024
João Luís Gagliardi Palermo - Presidente do Conselho de Administração	184.372	181.846
Rafael Gagliardi - Conselheiro	23.187	24.827
Paulo Alberto Zimath - Conselheiro	6.145	9.241
Antonio Farina - Conselheiro	213.704	215.914
Michele da Silva G. Torres - Conselheiro	39.412	33.413

O Conselho Fiscal da **PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.**, em reunião realizada no dia 11 de março de 2026, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, contendo o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda, por maioria de votos, que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras abrangentes referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

Jundiaí, 11 de março de 2026

Charles D. Popoff
Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da **Plascar Participações Industriais S.A.**
Jundiaí - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Plascar Participações Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controladora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controladora:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia (consolidado) apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 479.377 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 723.222 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.654.987 mil e prejuízo no exercício no montante de R\$ 203.946 mil. Adicionalmente, a citada nota explicativa descreve as ações colocadas em prática pela administração para o cumprimento das obrigações da Companhia, tais como renegociação junto à credores, incluindo obrigações de natureza fiscal, busca de descontos e melhores prazos de pagamentos, além de investimentos em novos projetos com o objetivo de aumentar o faturamento e a margem (além da redução dos custos operacionais). A situação atual dos índices financeiros e as condições descritas na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste ou reclassificação que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está baseada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controladora”, não existem outros principais assuntos de

Os Diretores qualificados declaram que:
a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.
b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

22. RESULTADO POR AÇÃO
O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos), básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):

	2025	2024
Prejuízo básico por ação:		
Numerador:	(203.946)	(109.995)
Prejuízo do exercício		
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(16,41)</u>	<u>(8,85)</u>
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas	1.440.297	1.424.302
Impostos incidentes sobre vendas	(270.812)	(267.005)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(17.382)	(25.497)
	<u>1.152.103</u>	<u>1.131.800</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

24. ABERTURA DOS CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2025	2024
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(943.762)	(893.305)
Depreciação e amortização	(65.717)	(57.272)
Serviços de terceiros	(48.320)	(54.918)
Fretes	(38.044)	(29.711)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	634	7.297
Provisão para nos estoques (Nota 8)	685	(274)
Repactuação fiscal - descontos de multas (Nota 26)	-	3.891
Outros	(81.845)	(90.351)
	<u>(1.176.369)</u>	<u>(1.114.643)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(1.005.698)	(963.676)
Despesas com vendas	(68.251)	(56.592)
Despesas gerais e administrativas	(106.529)	(100.444)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.109	6.069
	<u>(1.176.369)</u>	<u>(1.114.643)</u>

	Consolidado	
	2025	2024
Despesas financeiras	(71.369)	(81.790)
Juros e variação monetária	(97.726)	(63.075)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados ⁽¹⁾	-	4.427
Repactuação fiscal - descontos de juros (Nota 26)	(7.353)	(8.270)
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	(554)	(1.871)
Variações cambiais passivas	(1.931)	(3.832)
IOF	(3.301)	(3.026)
Outros	<u>(182.234)</u>	<u>(157.237)</u>

Receitas financeiras	1.462	4.366
Juros e atualização monetária	1.065	1.466
Variações cambiais ativas	-	27
Outros	27	45
	<u>2.554</u>	<u>5.877</u>

Resultado financeiro

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

	2025	
	Parcelados	
	Circulante	Não circulante
Transação Individual PGFN	12.505	2.899
PIS/COFINS/IPI	-	91.996
ICMS (Regularize - MG)	5.782	-
ICMS	37.212	8.727
Outros	55.499	11.626
	<u>112.006</u>	<u>114.448</u>
IRRF (Empregados)	-	-
FGTS	1.373	3.227
INSS (Empresa)	5.278	762
INSS (Empregados)	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	2.148	4.074
Parcelamento Simplificado RFB	77.930	208.533
	<u>86.729</u>	<u>212.414</u>
Soma (Empresa)	587.808	14.384
Soma (Empregados)	18.950	5.475
Total	<u>606.758</u>	<u>19.859</u>

	2025	
	Parcelados	
	Circulante	Não circulante
Transação Individual PGFN	12.505	2.899
PIS/COFINS/IPI	-	91.996
ICMS (Regularize - MG)	5.782	-
ICMS	37.212	8.727
Outros	55.499	11.626
	<u>112.006</u>	<u>114.448</u>
IRRF (Empregados)	-	-
FGTS	1.373	3.227
INSS (Empresa)	5.278	762
INSS (Empregados)	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	2.148	4.074
Parcelamento Simplificado RFB	77.930	208.533
	<u>86.729</u>	<u>212.414</u>
Soma (Empresa)	587.808	14.384
Soma (Empregados)	18.950	5.475
Total	<u>606.758</u>	<u>19.859</u>

DIRETORIA EXECUTIVA
Paulo Silvestri - Diretor Presidente
José Donizeti da Silva - Diretor
Anderson Roveri - Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)
Daniel Paulo Fossa - Diretor de Operações Industriais
Valdomiro Campanharo Junior - Diretor Comercial
Claudia Cristina Vicente Mathias - Diretora de Recursos Humanos

CONSELHO FISCAL
Charles Dimetrius Popoff - Presidente do Conselho Fiscal
Maria Gustavo Heller Brito - Conselheiro
Luiz Carlos Zavata - Conselheiro

CONTADOR
Claudio Batista - Gerente de Contabilidade - CRC 1SP170282/0-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controladora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

	2024	
	Em aberto	A vencer
Transação Individual PGFN	109.028	-
PIS/COFINS/IPI	12.676	3.123
ICMS (Regularize - MG)	32.580	-
ICMS	67.450	2.055
Outros	774	774
	<u>222.508</u>	<u>5.952</u>
IRRF (Empregados)	6.380	2.964
FGTS	7.510	1.962
INSS (Empresa)	25.423	5.490
INSS (Empregados)	5.740	1.481
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	8.144	-
Parcelamento Simplificado RFB	191.875	-
	<u>245.072</u>	<u>11.897</u>
Soma (Empresa)	455.460	13.404
Soma (Empregados)	12.120	4.445
Total	<u>467.580</u>	<u>17.849</u>

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação. **Transação Individual - PGFN - Evento não recorrente:** A administração concluiu a renegociação da totalidade de seu passivo fiscal junto à PGFN, que compreendia os débitos acumulados até janeiro de 2023, através do programa de Transação Tributária Individual instituído pela Lei 14.375/2022, cuja portaria de regulamentação foi publicada no dia 01/08/2022. A assinatura da referida transação ocorreu em 07 de julho de 2023 e todos os efeitos, descontos de multas e juros, assim como utilização de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL foram reconhecidos no 2º Trimestre de 2023. Foram negociados todos os débitos previdenciários e fazendários, sendo: 1) **Débitos previdenciários:** desconto de multa e juros no montante total de R\$ 86.197, equivalentes a 38% do débito, utilização de saldo de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social no valor de R\$ 60.704, equivalente a 27% do débito. O saldo remanescente foi parcelado em 60 vezes. 2) **Débitos fazendários:** desconto de multa e juros no montante total de R\$ 30.309, equivalentes a 49% do débito. O saldo remanescente foi parcelado em 120 vezes. Após ao registro contábil desta transação foram observados que parte substancial do passivo circulante, melhora do resultado e aumento do patrimônio líquido, além da utilização de parte dos prejuízos fiscais acumulados da Companhia. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 177.210, sendo descontos de multas de R\$ 75.894, descontos de juros de R\$ 40.612 e utilização prejuízos fiscais de R\$ 60.704. O saldo referente parcelamento ordinário (PIS, COFINS e IPI), no valor atualizado de R\$ 19.286, foi migrado para Transação Individual com todos os descontos e abatimentos previstos no Termo assinado em julho de 2023. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 9.990, sendo descontos de multas de R\$ 3.891, descontos de juros R\$ 4.427 e utilização de prejuízos fiscais de R\$ 1.672. A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação PGFN:

	PGFN - Débitos Previdenciários	PGFN - Débitos Fazendários	Débitos Total
Saldo original	233.519	73.161	306.680
Abatimento precatórios e outros	(5.381)	(5.934)	(11.315)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(62.376)	-	(62.376)
Desconto de multas e encargos legais	(89.411)	(35.413)	(124.824)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2024	(20.620)	(7.498)	(28.118)
Atualização do parcelamento	20.247	7.106	27.353
	<u>75.978</u>	<u>31.422</u>	<u>107.400</u>

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Salários e encargos sociais	302.868	291.359
Plano de participação nos resultados	13.196	10.288
Desligamentos	10.573	6.802
Benefícios previstos em Lei	65.553	53.117
Benefícios adicionais	620	765
	<u>392.810</u>	<u>362.331</u>

Benefícios adicionais: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controladora têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio-creche. **Plano de participação nos resultados:** A Companhia e sua controladora possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas: (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia; e (ii) Plano de bônus de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas preestabelecidas.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA
Direito de uso de ativos (nota 14)
Passivos de arrendamento (nota 14)
29. SEGUROS (NÃO ADOTADOS)
A Companhia e sua controladora mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvidos. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 750.000 (R\$ 750.000 em 2024) e R\$ 30.000 (R\$ 10.000 em 2024) para responsabilidade civil. A Companhia não está prevenindo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

	2025	2024
Direito de uso de ativos (nota 14)	12.849	9.547
Passivos de arrendamento (nota 14)	(12.849)	(9.547)
	<u>-</u>	<u>-</u>
CONSELHO FISCAL		
Charles Dimetrius Popoff - Presidente do Conselho Fiscal		
Maria Gustavo Heller Brito - Conselheiro		
Luiz Carlos Zavata - Conselheiro		

CONTADOR
Claudio Batista - Gerente de Contabilidade - CRC 1SP170282/0-9

dito: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro